



Gênero, Sexualidade e Educação

Dayane N. Conceição de Assis
(Nzinga Mbandi)

Interseccionalidades

Interseccionalidades

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Dayane N. Conceição de Assis
(*Nzinga Mbandi*)

Interseccionalidades

Salvador, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira
Pró-Reitoria de Extensão Universitária
Pró-Reitora: Fabiana Dultra Britto
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Diretor: Messias Bandeira

Superintendência de Educação a
Distância -SEAD
Superintendente
Márcia Tereza Rebouças Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD
Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional
Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB
Andréa Leitão

Gênero e Sexualidade na Educação

Coordenador: Prof. Leandro Colling

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens &
Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico
Haenz Gutierrez Quintana
Foto de capa: rawpixel.com

Equipe de Revisão:
Edivalda Araujo
Julio Neves Pereira
Márcio Matos
Simone Bueno Borges

Equipe Design
Supervisão: Alessandro Faria
Editoração / Ilustração:

Ana Paula Ferreira; Marcos do Nascimento;
Moema dos Anjos; Sofia Casais; Ariana
Santana; Camila Leite; Marcone Pereira

Gerente de AVA: Jose Renato Oliveira
Design de Interfaces: Raissa Bomtempo

Equipe Audiovisual

Direção:
Haenz Gutierrez Quintana

Produção:
Leticia Oliveira; Ana Paula Ramos

Câmera: Valdinei Matos
Edição:

Deniere Silva; Flávia Braga; Irlan
Nascimento; Jeferson Ferreira; Jorge
Farias; Michaela Janson; Raquel Campos;
Victor dos Santos

Animação e videografismos:

Bianca Silva; Eduarda Gomes; Marcela de
Almeida; Dominique Andrade; Roberval
Lacerda; Milena Ferreira

Edição de Áudio:

Cícero Batista Filho; Greice Silva; Pedro
Henrique Barreto; Mateus Aragão

Sumário

Mini currículo da autora7

Apresentação8

Unidade I: Feminismos negros e interseccionalidade no
contexto norte-americano11

1.1 Relembrando o feminismo negro11

1.2 Representação social e feminismos negros13

1.3 Feminismo negro nos E.U.A. e o conceito de
interseccionalidade15

1.4 Conversando sobre interseccionalidade: o conceito para as
feministas negras norte-americanas19

Unidade 2: Feminismo negro no Brasil
e interseccionalidade27

2.1 História das organizações de mulheres negras no Brasil e
feminismos negros27

2.2 Interseccionalidade no contexto brasileiro33

2.3 Lélia Gonzales – a amefricana34

2.4 Beatriz Nascimento- a atlântica35

2.5 Neusa Santos Souza – tornar-se negro36

2.6 Luiza Bairros - revisitando os feminismos36

2.7 Sueli Carneiro- enegrecer o feminismo37

2.8 Produções atuais sobre interseccionalidade no Brasil38

Unidade 3. O que é o lugar de fala?41

3.1 Entendendo o conceito de lugar de fala41

3.2 Quem pode falar?46

3.3 Como trabalhar lugar de fala no contexto escolar?49

Referências52



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esta obra está sob licença *Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0*: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFBA

A848 Assis, Dayane N. Conceição de.
Interseccionalidades / Dayane N. Conceição de Assis. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.
57 p. : il.

Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação na modalidade EaD da UFBA/SEAD/UAB.

ISBN: 978-85-8292-207-1

1. Feministas negras – Estados Unidos. 2. Feministas negras – Brasil. 3. Feminismo. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. II. Universidade Federal da Bahia. Superintendência de Educação a Distância. III. Título.

CDU: 305

Mini currículo das pessoas autoras

Dayane N. Conceição de Assis (Nzinga Mbandi) – Mulher negra, jovem e periférica, é graduada em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestra e doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Desde o início de sua vida acadêmica tem se dedicado a estudar sobre as mulheres negras no campo das políticas públicas, projeto no qual se destacam os feminismos negros e sua relação com Estado. Mais recentemente, tem estudado as interfaces da religiosidade e raça para as mulheres negras banto. Ao mesmo tempo, se dedica a consultorias independentes nas áreas de gênero e raça e formações para professores/as e alunos/as da rede pública nessas mesmas áreas; é integrante do Feminaria (Grupo de Pesquisa e Experimentações Sonoras - UFBA).

Apresentação

Queridas pessoas,

Dando continuidade às leituras do nosso curso de especialização, neste livro estudaremos um pouco sobre os **feminismos negros**, **interseccionalidade** e **lugar de fala** pensados no contexto norte-americano e brasileiro. Retomando alguns aspectos estudados anteriormente, pensamos em pontuar aqui algumas questões norteadoras sobre as lutas das mulheres negras e a construção dos seus feminismos.

Para melhor nos entendermos desses assuntos, vamos dialogar sobre as bases conceituais dos feminismos negros, sua inserção no meio acadêmico e as principais ideias deles derivados. Para isso, apresentaremos as principais autoras que discutiram esses temas em cada contexto, entendendo, contudo, que a literatura não se resume aos exemplos aqui apresentados. Tudo isso para nos inquietarmos sobre como essas ideias podem ser pensadas no ambiente escolar.

No mesmo sentido, apresentamos as principais discussões sobre o conceito de interseccionalidade, popularizado na atualidade, reposicionando a sua origem nos feminismos negros. Procuramos apresentar os principais debates no contexto norte-americano, bem como sua travessia transatlântica para a diáspora feminista negra no Brasil.

Usando como linha de raciocínio que é necessário entender em primeiro lugar os feminismos negros no Brasil e o histórico das organizações de mulheres negras, procuramos apresentar resumidamente os aspectos centrais do pensamento das principais feministas negras brasileiras até chegarmos ao ponto do debate para entender o que tem sido produzido sobre interseccionalidade por aqui na atualidade.

Para encerrar nossa conversa, apresentamos um outro conceito oriundo das discussões feministas negras e em voga na atualidade: **o lugar de fala**. Nessa unidade, propomos que a atualidade desse conceito nos obriga a conhecer sua história, usos e desusos para verificarmos a sua aplicabilidade nas experiências educacionais.

Buscamos, em cada unidade, sugerir situações cotidianas para juntos pensarmos como cada uma das ideias aqui apresentadas nos cabem como indivíduos e podem ser aplicadas no contexto escolar, e também fora dele, para entendermos as diferenças e as diversidades postas diante de nós.

Desejamos uma ótima leitura e um forte abraço!

Vamos começar?

Nzinga Mbandi

Unidade 1 - Feminismos negros e interseccionalidade no contexto norte-americano



Ilustração: Flávia Moreira

Quais são as principais pautas das mulheres negras? Como surgiram os feminismos negros? O que é interseccionalidade? Nessa unidade responderemos essas questões dialogando com as principais autoras do feminismo negro norte-americano.

Vamos nessa?

1.1 Relembrando o feminismo negro

Você já parou para reparar que, na atualidade, os feminismos negros têm ganhado notoriedade principalmente no ciberativismo? Nessa unidade, vamos pensar quais são as principais diferenças que essa corrente dos feminismos possui em relação aos feminismos hegemônicos e qual a sua importância para as discussões sobre gênero e sexualidade.

Embora a importância dos feminismos como movimento social seja inegável para luta por igualdade das mulheres, é preciso pensar que cada um/a de nós é atravessado/a por inúmeros marcadores sociais (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade e etc..) que nos colocam em diferentes posições sociais e orientam nossas reivindicações daquilo que acreditamos ser necessário em uma sociedade.

Por esse motivo, as pautas dos movimentos feministas hegemônicos, em geral liderados por mulheres brancas de classe média, refletiam os anseios de seus lugares sociais e, mais do que isso, durante muito tempo foram entendidos como reivindicações que diziam respeito a todas as mulheres indistintamente. Com isso, o que vivemos durante um longo tempo foi a ideia da existência da **mulher como um sujeito único** independente de suas experiências e lugares de fala na sociedade.

Um exemplo muito comum a ser dado quando falamos sobre isso diz respeito a luta sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho; embora seja de

fato uma importante reivindicação da época em que foi colocada, as mulheres negras, devido ao processo de escravização presente em diversas sociedades, forçosamente já trabalhavam nas ruas, nos campos e empregos domésticos. Por isso, essa demanda fazia pouco sentido prático para as mesmas.

Os feminismos negros, enquanto movimentos sociais, começam **por questionar justamente a categoria mulher como uma unicidade**. E fazem isso, principalmente, destacando a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como mulher negra em uma sociedade que, para além de ser sexista, é também racista.

Os feminismos negros, portanto, denunciam que assim como, de maneira estrutural, o sexismo posiciona a mulher de forma subordinada na sociedade, o racismo também ocupa esse lugar quando interseccionado com demais marcadores sociais. Esses tensionamentos propostos pelas mulheres negras, a princípio, causaram grande desconforto tanto nos movimentos de mulheres feministas brancas quanto nos movimentos negros e nas instituições mistas nas quais essas mulheres integravam; isso porque o atravessamento das categorias gênero e raça colocava essas mulheres em sub-representação nos dois casos.

Transformar a condição da mulher negra na sociedade a partir desse lugar é um dos princípios básicos dos feminismos negros e os questionamentos propostos por mulheres negras por vezes foram lidos como um enfraquecimento da unidade necessária entre as mulheres. Contudo, diversas teóricas e ativistas demonstraram que esses pontos centrais vistos com diferenças não eram o que causava essa possível desunião; e sim a negação dessa diferença. Dentro da perspectiva das mulheres negras não é **possível, portanto, ser feminista sem ser antirracista!**

Entre nós existem diferenças muito reais quanto à raça, idade e sexo. Mas não são essas diferenças que nos separam. O que nos separa é, ao contrário, nossa negativa para reconhecer a diferença e a analisar as distorções que derivam de dar nomes falsos tanto a ela quanto a seus efeitos na conduta e nas expectativas humanas. Racismo, crença na superioridade inerente de uma raça em relação às demais e, portanto, em seu direito de domínio. Heterossexismo, Elitismo, Classismo, Discriminação pela idade. (LORDE, 1984, p.17)

1.2 Representação social e feminismos negros

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias (...)

Conceição Evaristo



Fonte: <<https://www.picbon.com/tag/descolonizar>>

Uma das questões mais debatidas pelas mulheres negras e seus feminismos diz respeito a representação social da mulher negra, visando contestar os estereótipos de gênero e raça que giram em torno das mulheres negras; demonstrar imagens positivas em relação a essas mulheres e seus corpos tem sido fundamental na construção dos feminismos negros.

E quais seriam as imagens a serem ressignificadas sobre as mulheres negras? Um ditado que ficou amplamente conhecido no Brasil por meio dos escritos de Gilberto Freyre, em *Casa grande e senzala*, dizia: “Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar”. As palavras de Freyre (1933) tratam de especificidades das relações raciais e de gênero ainda persistentes no Brasil, esse lugar reservado para a mulher negra como a mãe preta, aquela negra que cuida com seus dotes domésticos e culinários da família colonial, e que, atualmente, reconfigura-se no papel das empregadas domésticas.

Por outro lado, a hipersexualização da mulher negra apresenta uma mulher jovem, considerada como aquela que incita e depois satisfaz a vontade do branco senhor, a mulata de ontem reconfigura-se na glocalidade de hoje. (ASSIS, 2015). Essa representação pode ser vista de um modo muito marcante também

nas propagandas, como as de cerveja, em que as mulheres são objetificadas e associadas ao objeto (cerveja) a ser consumido (pelos homens).

É visando construir uma outra imagem positiva em relação às mulheres negras que os feminismos negros vêm combatendo aquilo que a intelectual negra norte-americana Patricia Hill Collins denominou como **imagens de controle**, essa perspectiva em relação aos corpos de mulheres negras (COLLINS, 2000).

O uso da internet como forma, como ferramenta de ciberativismo tem sido fundamental para expansão dos feminismos negros no Brasil e no mundo; além de dar visibilidade as teóricas feministas negras e sua escrita, temas como o empoderamento da mulher negra via valorização estética; o uso da escrita de mulheres negras como ferramenta emancipatória, autoconhecimento e valorização dos corpos negros estão entre as principais pautas difundidas pelos diversos feminismos negros na atualidade.

Além disso, conceitos como **interseccionalidade** e **lugar de fala**, oriundos dos feminismos negros, se tornaram populares e de alguma maneira estão nas discussões diárias sobre a mulher negra na atualidade. Esses conceitos serão discutidos neste material, entendidos a partir da história dos feminismos negros desde seu surgimento, até a sua aplicabilidade no contexto atual.

Entendendo desde já que os feminismos negros tratam de **enegrecer o feminismo** e **feminizar a raça**. Nas próximas linhas, vamos conhecer de maneira geral o desenvolvimento dessa teoria em contextos diversos.

A revolta de Tia Anastácia

Tia Anastácia está revoltada
Tia Anastácia está revoltada
Tia Anastácia está revoltada.
Hoje eu estive com Tia Anastácia
Ela me disse que está muito revoltada
Porque o Sítio do Pica Pau Amarelo
está tirando ela como otária
Ela faz os bolinhos e
Dona Benta recebe a medalha
Tia Anastácia está revoltada
Tia Anastácia está revoltada
Tia Anastácia está revoltada.
Farinha de trigo tem que ser
Tia Anastácia



Ilustração: Flávia Moreira

Giovane Sobrevivente / Choque Cultural



Foto: Pixabay

PRATICANDO

Observe o material didático que você utiliza em sala de aula e escreva sobre os recursos utilizados para fazer referências positivas em relação às mulheres negras. Utilizando seus conhecimentos sobre feminismos negros e interseccionalidade, crie uma lista de sugestões para aprimorar esses materiais.

1.3 Feminismo negro nos E.U.A. e o conceito de interseccionalidade

As experiências das mulheres negras nos E.U.A. sem dúvidas têm sido inspiradoras para diversas mulheres negras ao redor do mundo. Presença constante nos diversos momentos da história de luta dos povos negros naquele país, as mulheres negras norte-americanas deixam legados que valem a pena relembrarmos antes de estudarmos o conceito de interseccionalidade propriamente dito.

Como não falarmos, por exemplo, do hoje tão conhecido discurso de Sojourne Truth *Eu não sou uma mulher?* (1851)¹

¹ O discurso foi proferido como uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos que discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora (informação disponível no blog do Geledés - Instituto da Mulher Negra.) O discurso completo pode ser lido em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Ela foi uma mulher negra escravizada que, já naquela época, adiantou algumas questões que mais tarde o conceito de interseccionalidade elaboraria, mostrando que as mulheres atravessadas pelo racismo têm vivências, experiências e demandas diferentes das que não o são. Ainda é importante pensarmos em mulheres como a ativista Angela Davis, que se destacou nas lutas pelos direitos civis dos/as negros/as ao lutar nos *Black Panthers*; ao mesmo tempo em que desenvolveu, no âmbito acadêmico, teorias que versam sobre as discussões de gênero, raça e classe, retratando de maneira magistral a condição da mulher negra nos Estados Unidos.

As décadas de 1970 e 1980 foram extremamente produtivas para as feministas negras norte-americanas no que diz respeito a produção acadêmica e desenvolvimento das teorias feministas negras. A entrada das mulheres negras em maior número no meio acadêmico foi um importante fator para expansão do feminismo negro enquanto corrente teórica e tornou possível o acesso ao pensamento de mulheres negras que já faziam essas discussões nos ativismos.

São inúmeras as mulheres negras responsáveis por teorizar a crítica das mulheres negras aos feminismos hegemônicos, desde mulheres como Sojourner Truth e Ida B. Wells-Barnett² até as autoras hoje internacionalmente conhecidas, como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e Audre Lorde. Cada uma das teóricas citadas desenvolveu seu pensamento crítico a partir de diferentes eixos: enquanto Angela Davis trouxe para seu discurso a questão de classe, juntamente com o marcador social de raça como base de seu pensamento, bell hooks propôs interessantes discussões sobre a intelectualidade da mulher negra, a transgressão como prática libertadora na educação, o amor nas comunidades negras e algumas discussões sobre estética negra e racismo.

² Mais informações sobre as mulheres mencionadas podem ser encontradas na coletânea intitulada *Feminismo Negro*, uma antologia, da editora Traficantes de Sueños, disponível em < <https://www.yumpu.com/es/document/read/50379440/feminismos-negros-trafficantes-de-suenos> >

Podemos afirmar assertivamente que o feminismo negro contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento sociológico do pensamento das mulheres negras que, com conceituações próprias e desenvolvimento de metodologias específicas, dão outro tom para a análise da condição da mulher negra, como diz Collins (2016):

Considerados em conjunto, os três temas chaves no pensamento feminista negro – o significado de auto definição e de autoavaliação, a natureza interligada da opressão e a importância de redefinição da cultura – têm contribuído significativamente na tarefa de elucidar o ponto de vista das e para as mulheres negras. Embora essa conquista seja importante em e para si mesma, o pensamento feminista negro tem contribuições potenciais para oferecer às diversas disciplinas que abrigam os seus praticantes. (COLLINS, 2016, p.115)

Já Audre Lorde se destaca por trazer, para além da raça, as discussões sobre sexualidade de maneira explícita, ao falar a partir do lugar da mulher negra lésbica. Sobre essas mulheres, a autora faz um importante tensionamento sobre a importância dos marcadores de sexualidade entre mulheres negras, evidenciando a diversidade dessas mulheres. Aqui podemos lembrar o manifesto do Coletivo Combahee³ River, produzido por mulheres negras e lésbicas que coaduna com atenção que Lorde chama para esse aspecto.

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e centenas de outras mulheres negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquias de opressão. (LORDE, 1984, p.7)

Patricia Hill Collins, segundo Conceição Nogueira (2017), é a autora que pode ser considerada uma das percussoras do conceito de interseccionalidade, responsável por criar o conceito de “matriz de dominação” (COLLINS, 1998, p. 200) e desenvolver sua teoria do “*stand point*”⁴.

Para Collins, cada indivíduo tem a possibilidade, a partir do lugar de onde se encontra, produzir um olhar único sobre cada situação. Ela cunhou o termo *outsider within* que, em uma livre tradução, nos fornece a expressão *forasteiras de dentro*. A autora irá escrever como os marcadores sociais de gênero e raça

³ A versão original do documento pode ser vista aqui < <http://circuitous.org/scraps/combahee.html> >

⁴ Influenciado também pelas teorias marxistas, a proposta de construir conhecimento desde um lugar situado, o *stand point*, foi desenvolvida como aporte epistemológico das teorias feministas, como propõe discussões de Sandra Harding (2004) e Donna Haraway (1995).

colocam as mulheres negras em lugares específicos que as permitem ter um olhar tanto da margem onde se encontram quanto do centro onde não podem estar posicionadas. Esse olhar privilegiado, portanto, contesta a ideia de pensar os marcadores sociais somente a partir das desvantagens sociais e nos leva a construção de uma ferramenta de empoderamento para as mulheres negras.

É importante perceber que o pensamento desenvolvido por essa autora é básico para entendermos o conceito de interseccionalidade, que vamos desenvolver a seguir. Com isso, podemos estabelecer alguns pontos importantes para o debate: a) interseccionalidade é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para entender as múltiplas opressões; b) a interseccionalidade não estabelece uma hierarquia ou somatória de opressões; c) o lugar de fala de cada indivíduo é multirreferenciado a partir de suas experiências.

Dito isso, a seguir passaremos a entender a construção do conceito de interseccionalidade no feminismo negro nos E.U.A. e as principais discussões a partir da criação desse conceito.

LEIA MULHERES NEGRAS!!!

Essas são indicações de algumas feministas negras com obras traduzidas para o português para você ampliar seus estudos sobre o tema.



1.4 Conversando sobre interseccionalidade: o conceito para as feministas negras norte-americanas⁵.

O conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw, e inaugurado por ela em artigo publicado em 1989, *Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas*⁶. Em 1991, a autora reaplicou o conceito no texto *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor*⁷, ao discutir e descrever sobre a localização interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural. A autora em questão propõe seu uso como uma metodologia a ser utilizada para enfrentar as causas e efeitos da violência contra a mulher nas comunidades negras. Ressaltamos que é um conceito que nasce nas ciências jurídicas, área de formação de Crenshaw. Segundo a autora, ao analisar as origens da sistematização do conceito,

desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (CRENSHAW, 1991, p. 54)

De maneira assertiva, Crenshaw (2002) define a metodologia interseccional da seguinte maneira:

⁵ A escrita sobre o conceito de interseccionalidade desse material contou com a colaboração da professora Darlane Silva Vieira Andrade, doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia.

⁶ No original *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. O artigo pode ser acessado em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf>

⁷ Uma versão traduzida pode ser acessada no portal Geledés – instituto da mulher negra: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> O texto original pode ser lido em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Aqui quero destacar o que, para mim, é fundamental na teoria dessa autora: em primeiro lugar, o ponto nodal dessa reflexão é justamente a interação entre os marcadores sociais da diferença, ou seja, não basta apenas identificá-los por si só se não conseguimos localizar os pontos da intersecção; a análise nesse caso não se torna real, e aí reside uma das principais dificuldades da teoria interseccional.

Outro texto significativo da autora (cuja tradução foi publicada no Brasil em 2002), é o *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, no qual a mesma reafirma o uso da interseccionalidade como aporte teórico metodológico para se pensar múltiplas exclusões e como de fato construir estratégias para o enfrentamento desse paradigma.

Kimberlé Crenshaw (2002) propõe, nesse documento, o debate sobre a garantia de direitos humanos com base no gênero e na raça. A garantia de direitos para todos e todas perpassa por olhar para as diferenças de gênero e também de raça, considerando que há situações em que as mulheres são protegidas por esses direitos, assim como os homens, e outras não; e que, entre as mulheres, existem as que ficam mais vulneráveis a situações de violação de direitos do que as outras, em função do racismo.

a proteção dos direitos humanos das mulheres foi comprometida à medida que suas experiências poderiam ser definidas como diferentes das dos homens. Assim, quando mulheres eram detidas, torturadas ou lhes eram negados outros direitos civis e políticos, de forma semelhante como acontecia com os homens, tais abusos eram obviamente percebidos como violações dos direitos humanos. Porém, quando mulheres, sob custódia, eram estupradas, espancadas no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava acesso à tomada de decisões, suas diferenças em relação aos homens tornavam tais abusos experiências em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos. (CRENSHAW, 2002, p.172)

Quanto à discriminação racial, a autora menciona que a Declaração Universal dos Direitos Humanos também garante a não discriminação com base na raça e a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial tratou da proteção contra discriminação baseada na cor, descendência, origem étnica ou nacional.

Segundo a autora, “no sentido de melhor definir o alcance do direito a não discriminação racial, bem como da não discriminação de gênero, foram feitos vários esforços em conferências mundiais” (CRENSHAW, 2002, p. 173). A feminista sinaliza o quão as discriminações se sobrepõem e a lógica da diferença em nome de uma maior inclusão aplica-se tanto em relação às diferenças entre mulheres como entre mulheres e homens.

Para construir o conceito de interseccionalidade, Crenshaw mostra os perigos da invisibilidade interseccional, em situações que a perspectiva de gênero não permite olhar para outros marcadores sociais da desigualdade em que as mulheres se situam, e a leitura da raça somente também não visibiliza outras discriminações. Para isso, a autora utiliza dois conceitos: **superinclusão** e **subinclusão**, que pretendem dar conta dessas invisibilidades. Nesse sentido, a autora aponta que, frequentemente, as discriminações sofridas pelas mulheres eram vistas como um problema geral do grande grupo de “mulheres”, ou seja, um problema de gênero. Esse quadro a autora denomina como o “problema da superinclusão”, no qual **o marcador de gênero é visto como o único possível para interpretar a condição das mulheres na sociedade**. Contudo, a realidade objetiva das mulheres negras demonstra que apenas gênero é insuficiente para oferecer respostas a essas questões.

Correlato ao problema da superinclusão, a teórica aponta que, por vezes, se configura um processo de subinclusão, que ocorre quando **as questões de algumas mulheres não são vistas como problemas de gênero por não serem problemáticas relativas as mulheres do grupo hegemônico** (CRENSHAW, 2002). Partindo desse panorama, o que ela propõe, nesse caso, é uma metodologia de análise que leve em conta as interações entre os marcadores de gênero e raça, usando os resultados dessa interação para diagnosticar os fatos dela recorrentes, bem como pensar soluções a partir desse princípio. Vale aqui rememorar as palavras da autora:

Meu objetivo é apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. O segundo objetivo é enfatizar a necessidade de empreendermos esforços abrangentes para eliminar essas barreiras. (CRENSHAW, 2004, p.1)

RESUMINDO

Nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível (CRENSHAW, 2002, p.176)

PARA REFLETIR

No ambiente escolar, você consegue perceber situações que pode ser lidas como problemas de subinclusão e superinclusão?

No texto *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*, Crenshaw (2012) traz a imagem abaixo para exemplificar de que modo a sobreposição das discriminações não são vivenciadas de modo isolado e que é nas intersecções que se encontram as respostas para a superação das desigualdades:

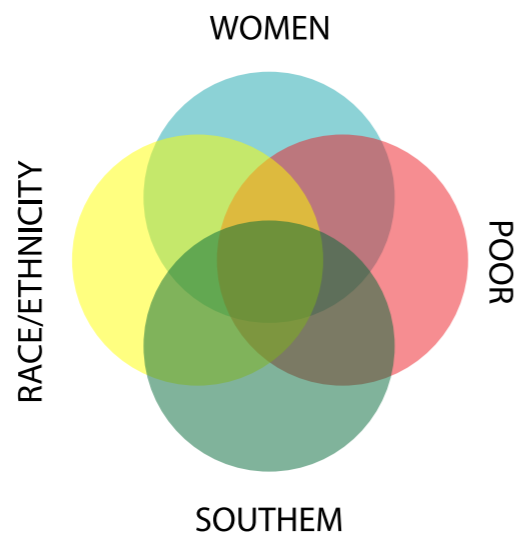
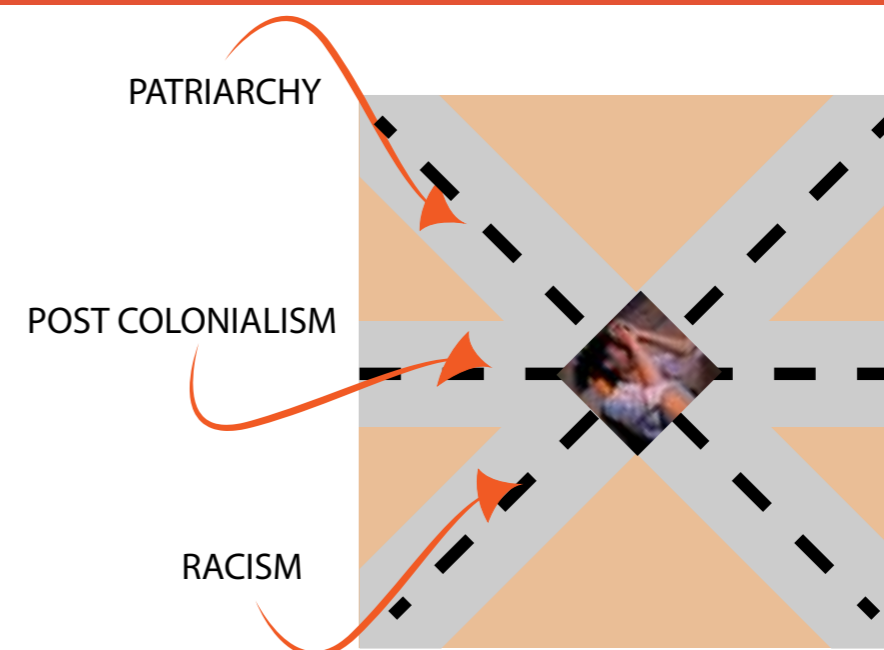


Ilustração: Flávia Moreira

Baseado em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>

Observe que, para além do gênero e da raça, a autora também traz para a discussão outros marcadores sociais e seu foco é pensar de que maneira a sobreposição dessas categorias produzem eixos de subordinação. Outra



Gender and race discrimination | K. Crenshaw

Fonte: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>

conhecida analogia utilizada por Crenshaw é o uso da ilustração das ruas para analisar as intersecções. Nesse caso, as ruas explicam o conceito: ruas nos diversos sentidos – norte, sul, leste e oeste – e que se cruzam. Esses seriam os **eixos de discriminação**. Pode-se pensar a discriminação racial como uma rua que segue de norte para o sul e que se cruza com a discriminação de gênero, como uma rua na direção leste e oeste. Os tráfegos, os carros que se locomovem na intersecção representam **“a discriminação ativa, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função da sua raça e de seu gênero”** (CRENSHAW, 2012, p.11). A ilustração abaixo mostra o cruzamento das vias dos eixos de discriminação estruturais: o patriarcado, o pós-colonialismo e o racismo.

Como mencionei anteriormente, Crenshaw não é a única a propor esse debate, embora o termo tenha se popularizado a partir de seus trabalhos apresentados acima. Nos últimos anos, acompanhamos o crescimento do número de autoras interessadas em fomentar a teoria da interseccionalidade a partir dos seus lugares, destaque: Avtar Brah (2006), que nos permite pensar feminismos das diferenças sobre a lente da experiência de mulheres não brancas no Reino Unido; as autoras do black feminism norte americano, Patricia Hill Collins (1990); Angela Davis (2017), bell hooks (1984), Audre Lorde (1983). No Brasil, como veremos mais adiante, temos Sueli Carneiro (1985), Luiza Bairros (1995); além de Lélia Gonzales (1988) e Beatriz Nascimento (1989), que não trabalharam com o conceito em si, mas com muitas premissas que o antecedem.

Aqui cabe apresentar uma importante reflexão que Angela Davis tem feito de forma crítica ao conceito de interseccionalidade; como feminista negra abolicionista, essa autora tem sido uma voz contrária ao encarceramento em massa da população negra, que nesse caso atinge diretamente aos homens negros. Por esse motivo, Davis considera que a abordagem proposta por Crenshaw, inicialmente como uma ferramenta para ser usada no campo do direito, terminaria por colaborar em intensificar essa abordagem carcerária que atinge os homens negros. (AKOTIRENE, 2018, p.100).

Destacamos aqui também que a interseccionalidade é uma das inúmeras possibilidades de análise que levam em conta as interações entre os marcadores sociais. Isso nos leva a ao menos duas questões significativas: as abordagens fundamentadas em metodologias interseccionais não são homogêneas. Aqui vale apontar apenas uma das proposições sobre o assunto, que é aquela desenvolvida por Henning (2015). O estudioso apresenta uma observação proposta por outras pesquisadoras e trabalha com duas vertentes possíveis sobre a interseccionalidade. A primeira, chamada **de sistêmica ou estrutural**, se adequaria ao pensamento de Crenshaw e Collins. Nessa perspectiva, as estruturas sociais são parte fundamental da produção de diferenças e, portanto, merecem atenção primordial na análise. Por outro lado, temos a **abordagem construtivista**, na qual as relações de poder fornecem aos indivíduos agência, o que nem sempre os coloca em lugares de opressão. Nessa vertente, há um enfraquecimento da lente aditiva sobre os marcadores da diferença, de acordo com autoras feministas como Mcklinctock e Brah⁸.

Partindo da origem que citamos acima esse conceito foi se expandido e hoje em alguns momentos se contrasta ao seu propósito original, uma importante observação sobre os estudos da interseccionalidade é a ampliação da teoria para outras áreas do conhecimento científico, originalmente advindo dos estudos sobre mulheres e gênero. A interseccionalidade enquanto conceito tem aparecido cada vez mais em outras áreas de pesquisa. Outro importante apontamento é o fato de que se, de início, a teoria interseccional focou nos conceitos de gênero e raça, a cada dia são ampliadas as análises que levam em conta outros marcadores sociais da diferença, tais como sexualidade, identidade de gênero, geração e tantos outros.

Especificamente, nos contextos dos ativismos liderados por mulheres negras, o termo interseccionalidade tornou-se indispensável nos discursos para pensar

⁸ Essa distinção pode ser encontrada no texto Interseccionalidade e pensamento feminista, de Carlos E. Henning, no qual o autor, além de explorar a visão aqui citada, apresenta outros cinco tipos de abordagem interseccional propostas por outras pesquisadoras.

o lugar das mulheres negras na sociedade. Originalmente, assim como no campo teórico, os marcadores de gênero e raça tiveram predominância na tônica da discussão, contudo, nota-se uma significativa ampliação de análises que considerem outras intersecções.

SÍNTESE DA UNIDADE I

Nessa unidade, relembramos os principais conceitos sobre feminismos negros, representação social e estudamos as origens desses feminismos norte-americanos. Vimos também como surge o conceito de interseccionalidade, qual sua relação com a luta das mulheres negras nos E.U.A e alguns apontamentos atuais sobre a origem do termo.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO I

Usando o que você aprendeu nesta unidade, escreva uma redação, com pelo menos 30 linhas, que parta das seguintes frases:

Eu entendo a interseccionalidade como...

Eu posso usar meus conhecimentos sobre feminismos negros e interseccionalidade em meu contexto escolar para

Unidade 2. Feminismo negro no Brasil e interseccionalidade



Ilustração: Flávia Moreira

As ideias de emancipação da mulher negra adquirem contornos próprios onde quer que estejam localizadas, as experiências individuais e configurações locais são o que moldam a luta social onde quer que seja. Com os feminismos negros não é diferente no caso do Brasil a experiência de diáspora fez com que as mulheres negras aqui ressignificassem suas pautas, pautassem suas demandas e tornando os feminismos negros brasileiros hoje um dos mais influentes no mundo.

Nessa unidade vamos percorrer a trajetória histórica dos movimentos de mulheres negras no Brasil conhecendo os principais pontos de discussão; entendendo quais são os pontos cruciais para os feminismos negros por aqui e perceber como o conceito de interseccionalidade atravessa as fronteiras geográficas, bem como sua receptividade nas discussões brasileiras

2.1 História das organizações de mulheres negras no Brasil e feminismos negros



Fonte: Pixabay

A nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo unitário tanto em nível de concepção política, quanto de metodologias de trabalho. (RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, 1991, p. 4).

O protagonismo histórico das mulheres negras no Brasil data da sua chegada forçada pela escravização e na tentativa por sobrevivência. Embora só muito recentemente se construiu a necessidade de se pautar o lugar dessas mulheres na história, não podemos negar o papel de Luiza Mahin, Zeferina, Maria Felipa, Dandara, Mãe Menininha do Gantois e tantas outras que fizeram a história de resistência do povo negro no Brasil. Em relação a construção de um movimento feminista negro no Brasil, é importante identificarmos que a grande maioria das mulheres negras sempre militaram em instituições mistas dos movimentos negros, ou em partidos políticos, pautando a questão da mulher nessas instituições e, posteriormente, migrando para organizações exclusivas de mulheres negras, sobretudo pela impossibilidade do diálogo sobre as questões de gênero, assim como o racismo tornava limitado o diálogo com as mulheres brancas.

Falando sobre alguns momentos históricos, já em 1931, na Frente Negra Brasileira (1931-1937), conseguimos tecer algumas considerações sobre as mulheres negras e sua colaboração na constituição e manutenção dessa importante organização do Movimento Negro Brasileiro, quando falamos do núcleo de mulheres denominadas *Frentenegrinas*, com importante atuação na entidade (DOMINGUES, 2007).

Dando um salto histórico, podemos admitir que as décadas de 1970 e 1980 foram politicamente o momento de grande efervescência para a organização dessas mulheres enquanto movimento, bem como para os demais movimentos sociais. Aliado a isso, a busca por parte desses movimentos por assegurar redemocratização do país tornou ainda mais possível a discussão das questões das mulheres e dos negros de forma geral nas plataformas políticas.

Olhando para a década de 1980, percebemos o surgimento, de forma significativa, de organizações de mulheres negras. Sobre o assunto, vale a pena citar algumas organizações que ganharam destaque no cenário nacional, entre

elas Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (RJ, 1983), Centro de Mulheres da Favela e da Periferia (RJ, 1985), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa (MA, 1986), Coletivo de Mulheres Negras em Belo Horizonte - N'zinga (MG, 1986), Maria Mulher (RS, 1987), Géledes (SP, 1988), Casa de Cultura da Mulher Negra (SP, 1990), Fala Preta (SP, 1997), Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (BA, 1988), entre muitas outras.

De maneira gradativa, as pautas das mulheres negras foram ganhando espaço e, durante a chamada década da mulher, o alcance das temáticas de gênero e raça alcançaram as plataformas internacionais. Por esse motivo, a multiplicação dessas fontes de financiamento e do crescimento da presença das mulheres negras nos espaços políticos, reivindicando seu lugar de fala, é que o sexismo e o racismo nos movimentos sociais começam a ser apontados concomitantemente nos espaços de militâncias. E, assim, esses preconceitos passam a ser combatidos também de forma conjuntural.

Um fato histórico marcante nesse processo é a formação do Conselho da Condição Feminina em São Paulo (1983): fruto de reivindicações dos movimentos feministas, o Conselho, em sua composição, não possuía como integrante nenhuma mulher negra e, sem dúvida, esse fato, naquele momento, demonstrava, na prática, a veracidade das denúncias que já vinham sendo feitas pelas mulheres negras sobre a questão da representatividade. A reação imediata dos movimentos de mulheres negras criou a resposta necessária ao ocorrido nessa ocasião e culminou na conquista de representação não só no Conselho Estadual como também no Conselho Nacional de Direitos da Mulher, em 1988.

Importante pontuarmos aqui alguns dos inúmeros momentos marcantes para a construção do movimento contemporâneo de mulheres negras brasileiro, entre eles o *I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe* (República Dominicana, 1992). Esse encontro fortaleceu as organizações de mulheres negras nas diferentes sociedades latino-americanas e proclamou o dia 25 de julho como o Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. A participação expressiva das mulheres negras nos encontros feministas de Bertioga (1985) e Beijing (1995) promoveu embates necessários à formação do movimento de mulheres negras naquela época. Além desses espaços, é importante frisar a importância da participação das mulheres negras, de maneira organizada, na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas* (Durban, 2001); assim como já vinha sendo feito, as mulheres negras se colocaram no debate sobre políticas públicas e racismo, entendendo de maneira mais madura as consequências desse racismo para as mulheres (CARNEIRO, 2002).



Fonte: Pixabay

A partir de 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, após a realização do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, houve a criação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas e a definição do 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha.

A Lei nº 12.987/2014 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. **Tereza de Benguela** foi uma líder quilombola, viveu durante o século 18. Com a morte do companheiro, Tereza se tornou a rainha do quilombo e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770, quando o quilombo foi destruído pelas forças de Luiz Pinto de Souza Coutinho e a população (79 negros e 30 índios), morta ou aprisionada.



Fonte: https://2.bp.blogspot.com/-eW-4fZ1AKqk/WXgCjrh4S_I/AAAAAAAAAC4Q/7qd3ltSmYkMu-Z0sBsbOijZ3aayl11xmACLcBGAs/s1600/tereza_de_benguela.jpg

Contemporaneamente como momento histórico destaca-se a criação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB, 2000) que, agregando diversas organizações de mulheres negras, teve um papel fundamental na expressiva participação de mulheres negras na I Conferência Nacional de Política para as Mulheres (BRASIL, 2003).

Destaque aqui para o ano de 2015, quando mais de cinquenta mil mulheres ocuparam a capital administrativa do país na I Marcha Nacional de Mulheres Negras, fruto de anos anteriores de organização em nível municipal e estadual até culminar nessa grande marcha. As pautas trazidas referiam-se a antigas e atuais pautas do movimento de mulheres negras, cujo lema era *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver!*

A temática da violência contra mulher foi uma das pautas mais debatidas no processo da marcha, que partiu de uma análise interseccional e demonstrou, nas últimas décadas, um aumento da violência doméstica contra as mulheres negras em relação a diminuição, no mesmo período, dos mesmos crimes em relação às mulheres brancas. A busca pelo bem viver vem na mesma esteira, já que o avanço do neoliberalismo e desmantelamento das instituições públicas atingem diretamente a qualidade de vida das mulheres negras. Sobre isso, à época da marcha das mulheres negras, Nilma Bentes escreveu:

FIQUE LIGADO!

O E-BOOK *Marcha das mulheres negras* produzido pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras se encontra disponível para download gratuito. Corre lá!

<<http://amnb.org.br/arquivos/uploads/e-bookMMnegras200916.pdf>>

Mesmo sabendo que o racismo, por si só, é uma violência, o termo foi incorporado para ressaltar a impunidade na matança de negros, sobretudo da juventude, pela mão da polícia; pelo sistema de saúde [em referência a grávidas e idosas]; e, ainda, porque o feminicídio tem atingido mais as negras. Já o Bem Viver foi incorporado para sinalizar que acreditamos na necessidade de mudança do chamado ‘modelo de desenvolvimento’, combatendo, portanto, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal. (BENTES, 2016, p.09)

Observe os dados abaixo para verificar como os marcadores de gênero e raça entrelaçados podem ser um aporte metodológico para entendermos alguns fenômenos sociais. Neles estão representados os números sobre violência doméstica contra as mulheres contrastando os dados relativos a mulheres negras e brancas.

Gráfico 7.1.4 Evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas e negras (por 100 mil). Brasil, 2003/2013

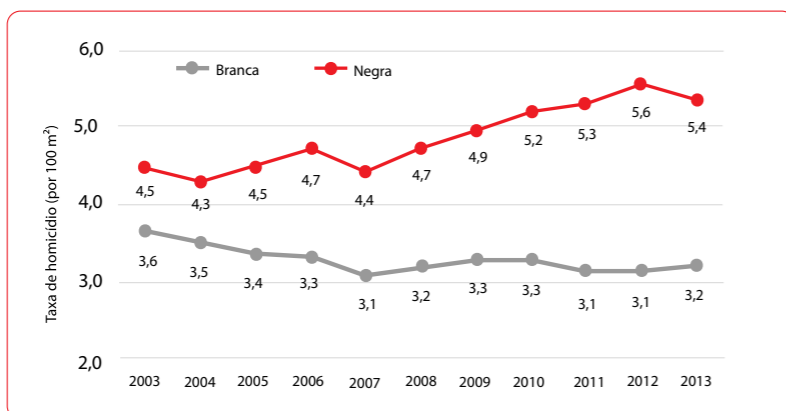
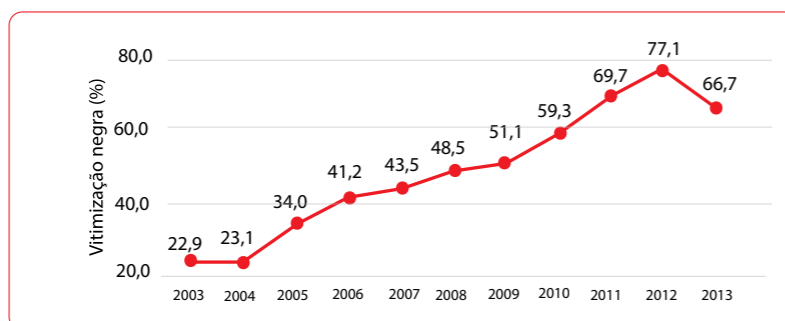


Gráfico 7.1.5. Evolução do índice de vitimização negra (%) nos homicídios de mulheres. Brasil, 2003/2013



Referência: MAPA DA VIOLÊNCIA 2015
<https://mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>

Se observamos os gráficos acima veremos que múltiplos marcadores sociais influenciam nos dados coletados e é justamente para observar fenômenos como esses que a interseccionalidade pode ser usada como ferramenta metodológica. Esse tem sido um exercício feito pelas feministas negras no Brasil nas últimas décadas, a incorporação da categoria raça como indicador de políticas públicas tem demonstrado ser eficiente em escancarar alguns abismos vividos principalmente pelas mulheres negras de classe popular; um pouco mais lentamente, as categorias voltadas a indicadores de sexualidade e identidades de gênero têm produzido dados alarmantes sobre as mulheres lésbicas e trans racializadas.

PARA PENSAR

Você consegue pensar como os dados acima afetam como um todo a comunidade escolar? De que modo uma análise interseccional sobre a violência pode auxiliar no entendimento de conflitos que eclodem no espaço escolar? De que maneira os feminismos negros podem ser utilizados para trabalhar as diferenças no contexto da escola?

Essa rápida passagem pelas pautas históricas das mulheres negras nos ajudará a compreender as análises teóricas em torno do conceito de interseccionalidade no Brasil. De forma resumida, podemos pensar como entender a luta contra as violências e pelo bem viver se não for por um viés que considere os mais diversos marcadores sociais que atravessam as mulheres negras brasileiras.

PARA COMPREENDER MELHOR O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL:

Movimento Feminista Negro no Brasil- Núbia Pereira

<https://www.youtube.com/watch?v=TQa0La1YIFw>

25 de julho- O filme (completo)/ Feminismo Negro contado em primeira Pessoa.

<https://www.youtube.com/watch?v=J6ev2V-Ee3U>

UTILIZANDO A MÚSICA NO AMBIENTE ESCOLAR:

Mulheres Negras- Yzalú

<https://www.youtube.com/watch?v=122kwdWN-v0>

Cotas não é esmola- Bia Ferreira

<https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM>

2.2 Interseccionalidade no contexto brasileiro

Você se lembra de quando ouviu falar sobre o conceito de interseccionalidade pela primeira vez? Em suas redes sociais é comum que, nos assuntos relacionados com as mulheres negras, essa categoria apareça? Como vimos na unidade 1, a interseccionalidade como conceito é uma experiência datada. A autora que cunhou o termo é a intelectual Kimberlé Crenshaw. Porém, as perspectivas de análise que levam em conta as interações entre um ou mais marcadores sociais já

se faziam presentes no pensamento de outras intelectuais negras. No Brasil não foi diferente. A seguir veremos os pontos centrais de algumas dessas autoras.

2.3 Lélia Gonzales – a *amefricana*

“Negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido... ao gosto deles”. Lélia Gonzales

Qualquer que seja a investigação sobre a história das mulheres negras no Brasil não pode desconsiderar o legado dessa intelectual. Nascida em Minas Gerais (1935), em uma numerosa família negra, Lélia Gonzales superou as expectativas sobre a mulher negra naquela época e formou-se em História e Geografia em 1958 e em Filosofia em 1962, na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Militante ativa do Movimento Negro Unificado e filiada ao Partido dos Trabalhadores, pelo qual concorreu ao cargo de Deputada Federal (1982), sempre procurou pautar as questões relativas à mulher negra, tornando-se uma grande referência dentro do movimento por seu modo único de se apresentar.

Na produção intelectual acadêmica, o pensamento de Lélia se destaca por sua capacidade de diálogo com áreas diversas, sobretudo a partir de uma análise das questões raciais na perspectiva da psicanálise. Demonstrando profundo conhecimento sobre o pensamento de Freud, Lacan e Fanon, a autora fala sobre um racismo por denegação na sociedade brasileira. Em seu clássico trabalho *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), a autora demonstra, através das imagens de controle que já mencionamos anteriormente (mulata, mucama, mãe preta), como a intersecção de gênero e raça na sociedade brasileira produz lugares pré-definidos para mulheres e homens negros em nossa sociedade.

A contribuição que, contudo, se destaca de Lélia é seu olhar sobre a colonialidade/colonialismo como um marcador social essencial a ser incluído na análise. Para essa constatação, a mesma cunha o termo *amefricanidade* para deslocar a atenção para as experiências diversas de homens e mulheres negras e negros em diferentes partes do mundo. Sobre o conceito, ela escreve:

Seu valor metodológico, ao meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar a unidade específica historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a América enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados

no continente em que vivemos inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricana/amefricanos designa toda uma descendência: não só daqueles africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram a AMÉRICA muito antes de Colombo. (GONZALES, 1988, p.5)

Lélia Gonzales (1988), ao trazer a categoria *amefricanidade*, suscita uma discussão geopolítica em que, entre outras coisas, destaca que, embora as experiências dos negros e negras norte-americanos sejam de fato importantes para se pensar a luta antirracista, as experiências da diáspora devem levar em conta as vivências locais, ou seja, o feminismo negro das mulheres negras brasileiras deve partir daquilo que perpassa o seu dia-dia.

Vale ressaltar que a relevante produção intelectual⁹ de Lélia se deu em uma época em que a inserção da mulher negra no meio acadêmico era quase nula, embora sua vida e obra venham ganhando destaque nos dias atuais e sendo resgatado pelas mulheres negras acadêmicas nos dias de hoje.

2.4 Beatriz Nascimento - a *atlântica*

Com uma trajetória intelectual que foi duramente interrompida pelo seu assassinato, ao tentar ajudar uma mulher vítima de violência doméstica, Beatriz Nascimento, historiadora, deixou em seu legado a maneira de se pensar sexismo e racismo dentro de uma lógica social pensada a partir dos quilombos antigos e atuais.

Beatriz Nascimento tornou-se estudiosa das temáticas relacionadas ao racismo e aos quilombos, problematizando a correlação entre os marcadores de corporeidade negra e espaço a partir da diáspora dos africanos e descendentes em terras brasileiras, criando categorias como “transmigração” e “transatlanticidade”. Uma de suas obras mais importantes é o documentário ORI (1989)¹⁰, com narração da autora em questão, no qual a mesma, a partir de sua própria experiência, aborda diversos temas relacionados com a diáspora; um compilado de suas principais obras foi organizado por Alex Rattz, em *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. (RATTZ, 2007)

⁹ Para acesso as obras da autora acesse <<https://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez/>>

¹⁰ Disponível em <<https://www.facebook.com/uniaodetodasasnacoes/videos/vb.1650702431875123/1878768139068550/?type=2&theater>>

2.5 Neusa Santos Souza – *tornar-se negro*

Autora do que hoje pode ser considerado um dos clássicos da discussão sobre racismo e a questão de classe no Brasil, Neusa Santos Souza, a partir de sua formação em psicanálise, propõe uma discussão sobre a ascensão social de negros e a questão identitária que ainda hoje permanece relevante.

Em “*Tornar-se negro*” - *as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983), Souza demonstra como o processo de entender-se negra no Brasil, perpassado pela classe social, coloca os/as negros/as em ascensão em um franco processo de massacre de sua identidade, expressa em hábitos alimentares, culturais e religiosos.

A relevância de sua análise reside em dar a discussão de classe um lugar de destaque por vezes subnotificado nas discussões sobre racismo feitas até então; nesse sentido, a autora deixa evidente que, em um país com história escravocrata, raça informa classe e, conseqüentemente, gênero.

2.6 Luiza Bairros - *revisitando os feminismos*

Luiza Bairros se destaca como uma autora que dialogou diretamente com os pressupostos das feministas negras norte-americanas, partindo do seu lugar de socióloga e tendo atuado como ministra da Secretaria de Política de Igualdade Racial (entre os anos 2011-2014). Bairros, de maneira propositiva, entrelaçava sua teoria com o ativismo e intervenção política.

Em relação com a discussão sobre interseccionalidade, é correto afirmar que a elaboração de seu pensamento corresponde com aquilo que defende Kimberlé Crenshaw, quando a mesma pensa a situação da mulher negra brasileira, observemos:

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando[...]ummosaicoquesópodeserentendidoemsuamultidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p. 461).

Importante reforçar que, para além do diagnóstico em relação as opressões vivenciadas pelas mulheres negras devido às múltiplas interações dos marcadores sociais, Luiza Bairros (1995) nos traz uma importante Acréscimo para a reflexão ao propor que essas mesmas categorias, que podem colocar as mulheres negras no lugar desague de múltiplas opressões, podem ser também aquilo que lhes conferem perspectiva o suficiente para organizar a luta. Em suas palavras: “No limite, essa marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante.” (BAIRROS, 1995, p.6)

2.7 Sueli Carneiro - *enegrecer o feminismo*

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Sueli Carneiro

Um das mais conceituadas intelectuais negras desse tempo, Sueli Carneiro pode ser considerada uma das percussoras em pensar a condição da mulher negra no Brasil, cuja produção intelectual se encontra ainda em plena atividade. Enquanto ativista, é uma das fundadoras do Geledés - Instituto da Mulher Negra, que desde a década de 1980 tem sido responsável pela disseminação do pensamento intelectual das mulheres negras.

De sua produção intelectual, destaca-se por ser, ao lado das demais autoras já mencionadas, produtora daquilo que podemos considerar hoje o substancial do conteúdo sobre feminismo negro no Brasil; em seu texto *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* (2003), a autora propõe como reflexão que, para as mulheres negras, uma perspectiva feminista só deve ser considerada uma vez que entenda que gênero não pode ser separado de outros eixos, uma vez que o racismo hierarquiza a própria leitura sobre gênero.

Para Sueli Carneiro, entender a necessidade de enegrecer o feminismo hegemônico de bases brancas e eurocêtricas torna-se fundamental para a aplicação de políticas que visam atender a mulher negra, capazes de impactar no olhar voltado à moradia, saúde, alimentação e outras dimensões básicas do viver.

2.8 Produções atuais sobre interseccionalidade no Brasil

As autoras que vimos até aqui são de vital importância para as produções feministas negras em curso e, embora nenhuma delas trabalhe com o conceito de interseccionalidade propriamente dito, é fato que a ideia por trás desse conceito se faz presente em suas produções teóricas. Ao passo em que acompanhamos uma maior inserção das mulheres negras nas universidades, vimos também surgir um aumento significativo de trabalhos que propõem incorporar a interseccionalidade enquanto aparato metodológico.

Quero aqui citar rapidamente alguns trabalhos que considero importantes para nossa temática. Começo por Claudia Pons Cardoso (*Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*), que faz um rico histórico sobre a construção do pensamento feminista negro brasileiro, já mencionada em nosso material, Raquel de Andrade Barreto (*Enegrecendo o feminismo e feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*), Ana Claudia Lemos Pacheco (*Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador*), que direciona a sua reflexão para a solidão afetiva das mulheres negras, e Cristiano Rodrigues (*Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil*).

Um trabalho mais recente, que também já mencionamos ao longo do nosso material, é o livro da intelectual negra baiana Carla Akotirene (2018), lançado pela coleção *Feminismos plurais*. Akotirene (2018) propõe uma revisão teórica sobre o conceito de interseccionalidade que vai desde sua criação até as principais diferenças analíticas propostas por diferentes intelectuais negras, bem como as críticas que vem sendo construídas sobre o uso que foge da ideia inicial dessa ferramenta metodológica. A autora define a relação entre os feminismos negros e interseccionalidade da seguinte maneira:

O Feminismo Negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras (AKOTIRENE, 2018, p. 19)

O que é inegável é que o uso do termo interseccionalidade hoje no Brasil ganhou popularidade nas discussões sobre gênero e raça e aponta para um alargamento de produções teóricas a respeito desse conceito nos próximos tempos. Todas nós que nos aventuramos a estudar o pensamento feminista negro, sem dúvidas, em algum momento, esbarramos no conceito de interseccionalidade. Em uma rápida pesquisa na base de dados da ScIELO – *Scientific Electronic Library Online*, ao usar interseccionalidade

como palavra-chave, encontrei, no momento da escrita de nosso livro, um total de sessenta e quatro trabalhos das mais diversas áreas acadêmicas. Certamente uma pesquisa mais aprofundada e em outras bases nos forneceriam muito mais dados.

É possível também perceber que, numa avaliação empírica, nos diálogos no meio acadêmico raramente escutamos falar de uma pesquisa, sobretudo no campo de gênero, raça e sexualidade que não se auto defina como interseccional. Soma-se a isso as análises possíveis dos discursos em redes sociais e/ou falas advindas dos movimentos sociais nas quais o conceito não apareça. Pensando no ambiente escolar, sem dúvidas, a metodologia interseccional, se bem aplicada, pode ser útil tanto em identificar debilidades estruturais do campo educacional, bem como instrumentalizar possíveis ações para diminuição das desigualdades e respeito às diferenças.

SÍNTESE DA UNIDADE II

Nessa Unidade, aprendemos um pouco mais sobre a história do feminismo negro no Brasil e a formação das organizações de mulheres negras. Entendemos também como o conceito de interseccionalidade cruza o atlântico e chega até o feminismo negro brasileiro, entendendo como foi sua recepção e adesão teórica; por último, conhecemos resumidamente o pensamento das principais teóricas do feminismo negro e os principais trabalhos produzidos sobre interseccionalidade por aqui.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO II

Pense no ambiente escolar que você está ou já esteve inserido/a. Escreva um texto no qual, em uma primeira parte, identifique quais são os principais marcadores sociais que te atravessam (raça, classe, gênero, idade, sexualidade, naturalidade); feito isso, escreva como você percebe como esses mesmos marcadores influenciam em seu comportamento e influenciam na comunidade escolar. O texto deve ter 30 linhas.

!

Unidade 3 - O que é lugar de fala?



Ilustração: Flávia Moreira

Certamente você já escutou a expressão lugar de fala para se referir sobre alguém poder ou não falar sobre determinado assunto, não é mesmo? Nos ativismos políticos atuais, a expressão ganhou destaque e trouxe alguma confusão sobre o direito de opinar sobre alguns temas. Mas, afinal, o que faz alguém ter ou não “lugar de fala”?

Precisamos começar entendendo que **todxs as pessoas têm lugar de fala!** Pensando que vivemos em uma sociedade autointitulada democrática, todos/as temos garantido constitucionalmente o direito à liberdade de expressão, resguardado o respeito às escolhas individuais. Por que então pensar sobre o lugar de onde cada um fala?

Para entendermos tudo isso, o primeiro passo é pensar que tudo tem a ver com a construção dos discursos sociais. Uma mesma temática pode ser desenvolvida por indivíduos diferentes de acordo com a posição social em que os mesmos se encontram. A grosso modo, se você estiver no alto de uma montanha ou embaixo dela sua visão sobre um cenário será o mesmo? Nos parece que não... da mesma forma pessoas de diferentes raças, gêneros, gerações, religiosidades, sexualidades, localizações geográficas terão interpretações diferentes das realidades sociais e está tudo bem!

E se todo mundo pode falar quando então isso se torna um problema? Certamente podemos afirmar que a proliferação do uso desse conceito nos leva a algumas inquietações necessárias que ficam facilmente entendidas quando criamos um caminho para pensar historicamente essas perguntas.

3.1 Entendendo o conceito de lugar de fala

A origem do termo ou ideia de lugar de fala, dentre as áreas do conhecimento, são de fato imprecisas e uma investigação aprofundada nos levaria a identificar ideias correlatas em autores diversos, embora esse não seja o objetivo do nosso curso. Comumente, ao se pensar no assunto, os

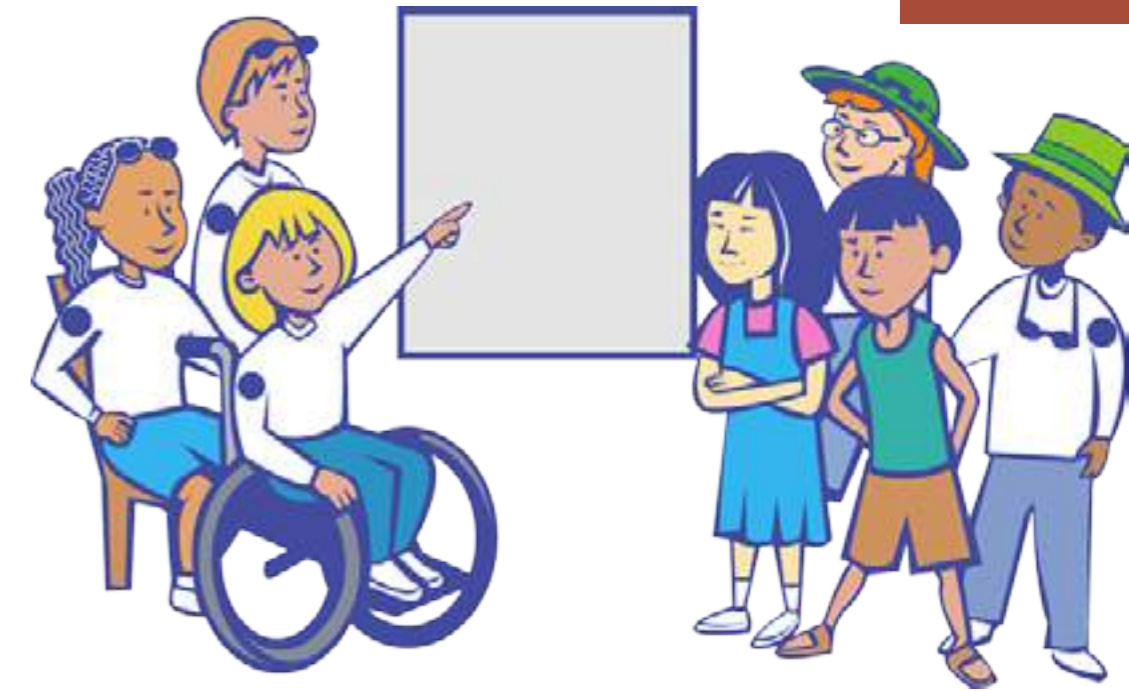
trabalhos desenvolvidos por Michael Foucault, Pierre Bourdieu, Gayatri Spivaky são acionados para pensar a análise do discurso como ponto de partida para entender o enunciado do lugar de onde se fala.

O fato é que todos esses debates sobre análise do discurso são de extrema importância para a conotação que o termo lugar de fala ganha nos dias atuais. Contudo, para nosso material, traremos algumas perspectivas ligadas aos feminismos negros para entendermos esse conceito.

Como já mencionamos brevemente no nosso material, para os feminismos negros o lugar onde cada um se situa, se fizermos uma análise a partir da metodologia interseccional, é importante para pautar nosso lugar social, e isso é exatamente o que podemos pensar como lugar de fala. Nesse sentido, é muito importante retomarmos aqui Patricia Hill Collins e a *teoria do ponto de vista*, quando a autora defende que o lugar a margem das mulheres negras permite enxergar desde esse lugar para o centro, mas também para a margem.

Quando falamos da defesa de um **ponto de vista** é preciso evidenciar algumas questões:

1. A construção dos olhares e discursos não dizem respeito às experiências individuais em si, e sim a construção histórica dos lugares ocupados por determinados grupos sociais;
2. O lugar de fala dos grupos sociais considerados minoritários não inviabiliza a fala dos grupos hegemônicos;
3. Marcadores sociais são usados para reafirmar desigualdades porque vivemos em uma sociedade na qual as desigualdades se estabelecem de forma estrutural e não a partir somente das relações individuais.



Fonte: Pixabay

Quando voltamos o nosso olhar para entender o lugar de fala para além do indivíduo se torna mais simples a exemplificação. Pense por um instante na nossa sociedade fortemente marcada pelo racismo, classismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, capacitismo, transfobia e etarismo. Entendendo que todas essas discriminações são estruturais, fica um pouco mais fácil pensar quais são os grupos sociais que possuem seus discursos legitimados.

Portanto, garantir espaço para que grupos que nunca antes tiveram oportunidade de falar sejam ouvidos é um dos maiores achados da perspectiva do lugar de fala. A ampliação desses lugares para falar e ser ouvido significa, entre outras coisas, a transformação do curso da história já que uma narrativa contada pelos “vencedores” não representa a mesma história vivida por aqueles que foram “vencidos”.

A escritora nigeriana Chimamanda Adiche, ao escrever sobre os perigos da história única¹¹, nos chama a atenção sobre como a ideia de sociedade que temos hoje foi construída por aqueles que tiveram acesso aos espaços de poder. Hoje, ainda que lentamente, os grupos considerados marginalizados têm ocupado esses lugares e escrito suas próprias versões da história, o que de fato é relevante.

¹¹ Trecho retirado da palestra proferida pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie e intitulada “Os perigos da história única” através da qual, a autora, a partir de fatos de sua vivência como nigeriana e as representações coloniais de seu continente, alerta sobre a produção de uma história universalizante de base racista e sexista e aponta caminhos alternativos a essa construção de uma história única.

[...] Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com “em segundo lugar” [...] (Chimamanda Ngozie Adichie)

Se voltarmos nosso olhar para história do Brasil e a importância do ambiente escolar para construir múltiplos lugares de fala, vamos entender que ainda hoje a formação dos profissionais da área de educação, produção de livros didáticos, construção do currículo escolar nos levam a uma história sobre a população negra e indígena que não corrobora para uma valorização dessas culturas. Por isso foram necessárias as lutas travadas pelos movimentos sociais, que culminaram na criação da lei 10639/03 e a 11645/08, que tornam obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, visando¹² transformar as imagens construídas sobre índios e negros no Brasil¹³.

Percebam que a necessidade da criação dessas leis em um país de maioria da população não-branca denuncia que há poucos espaços para história não hegemônica ou uma versão sobre as culturas tradicionais que não sejam caricatas. Todas essas mudanças são fruto de um acúmulo de ações que visam garantir outros lugares de fala. E isso se inicia garantindo o acesso à educação por meio de ações afirmativas, como as cotas (raciais, sociais, identidade de gênero, pessoas com deficiência) no acesso ao ensino superior e, posteriormente, em concursos públicos, por exemplo, que dão espaço a todas as vozes para que elas contem as suas histórias a partir das suas próprias experiências.

VOCÊ SABIA?

Que, quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes de pós-graduação nas universidades brasileiras?

12 <<http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>>

13 Para material didático sobre cultura afro-brasileira e indígena acesse <<http://www.acordacultura.org.br/kit>>

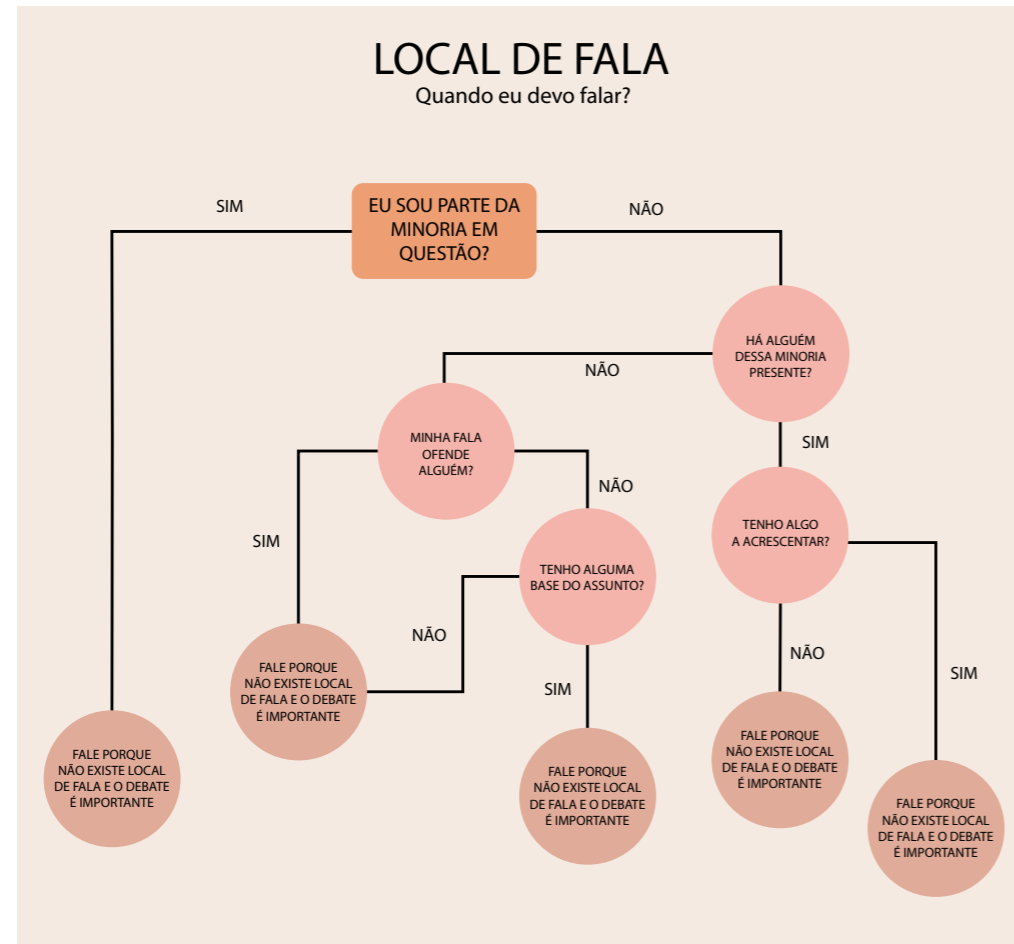
Sobre esse aspecto, Ribeiro (2018) traz um aspecto importante para pensarmos o lugar de fala: partirmos da necessidade de ocuparmos lugares estratégicos.

Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem a população negra acesse certos espaço. É aí que entendemos que podemos falar de lugar de fala a partir do feminismo staid points: não poder acessar certos espaços acarreta em não ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa na universidade, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso a internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização dos saberes consequente da hierarquia social. (RIBEIRO, 2018, p. 8)

A filósofa Djamila Ribeiro, em 2018, lançou o livro *O que é lugar de fala?*, pela coleção *Feminismo plurais*, e popularizou, no Brasil, a já existente discussão sobre o assunto. Na obra, a autora dialoga com as perspectivas adotadas por autoras como Grada Kilomba, Dona Haraway, Luiza Bairros e Patricia Hill Collins, faz uma interessante revisão literária sobre o assunto e traz algumas provocações sobre as armadilhas do uso indistinto desse conceito. O livro propõe a reflexão sobre o conhecimento situado, já problematizado por algumas correntes feministas, as discussões sobre as pautas identitárias a partir de situações cotidianas.

Mas, para irmos um pouco além, podemos formular algumas questões: o lugar de fala dos grupos minoritários é sempre o correto? Qual a relação do lugar de fala com a representatividade? Quais são os perigos do uso irresponsável do conceito de lugar de fala?

3.2 Quem pode falar?



Fonte: <https://twitter.com/leticiaarsenio/status/1076282006928011265>

Um dos pensamentos mais comuns sobre lugar de fala é que ele pertence somente aos grupos historicamente marginalizados e isso é de fato um equívoco já que **TODXS TEM LUGAR DE FALA!** Quando enunciamos quem somos e onde estamos localizados isso faz total diferença naquilo que iremos falar. Nesse sentido, não podemos entender que somente a fala dos grupos minorizados possui valor. Por exemplo, se estamos falando sobre racismo uma pessoa branca pode opinar? Sim, ela pode e deve, sobretudo, se o espaço de diálogo onde a mesma se encontra não houver pessoas do grupo referido; e mesmo no caso de haver pessoas negras naquele lugar uma pessoa branca fala a partir de sua inserção como alguém branco em uma sociedade racista.

Isso porque quando demarcamos a localização de onde falamos nos despidamos da ideia de que falamos em nome daquele grupo social específico, e sim

sobre aquele grupo a partir do lugar onde estou; e, se nesse momento, o atravessamento dos marcadores sociais me coloca em um lugar socialmente privilegiado, posso utilizar desse pretensão privilégio para lutar contra determinadas opressões. Esse equívoco sobre representatividade e lugar de fala por vezes leva a posições extremistas para as quais somente mulheres podem falar de gênero, só negros podem falar de raça, só pessoas trans sobre identidade de gênero e assim consequentemente.

Mas atenção! Se estamos pensando aqui sobre a existência de hierarquias sociais é um ato político de resistência que cada grupo social seja convidado para os espaços para falar sobre si, o que não impede o diálogo com outros.

Exerço meu lugar de fala quando reflito **SOBRE** algo, **A PARTIR DE** minha localização social e não quando **FALO** sobre algo **POR** alguém de outro grupo social.

Outro lugar comum que encontramos no debate sobre o lugar de fala é a inegável razão dos grupos minoritários sobre os assuntos que lhe dizem respeito e esse ponto é contestável ao começar pelo fato de que nenhum grupo social é homogêneo e, portanto, as diferenças intragrupos devem ser sempre consideradas. Um outro aspecto que devemos considerar nesse caso é que as vivências sociais dos grupos historicamente marginalizados, a partir das regras sociais daqueles que se encontram hegemonicamente nos espaços decisórios, por vezes levam a reprodução de aspectos que contribuem para a manutenção de suas próprias opressões.

Ao escrever seu relevante texto *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial* (1995), Donna Haraway nos alerta para essa tendência a pensar que o olhar daqueles que autora denomina como subalternos estariam isentos da possibilidade de levar a entendimentos errados sobre algumas questões. Vejamos o que ela escreve:

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições "inocentes". Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com

maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. Os subjugados têm uma possibilidade decente de reconhecer o truque de deus e toda a sua brilhante - e, portanto, enceguecedora - iluminação. (HARAWAY, 1995, p. 17)

Ao pensar o saber localizado como privilegiado por proporcionar a construção de novas epistemologias, e construir outras histórias a partir da localização do sujeito, Haraway (1995), assim como também pensou Harding (2004), não isenta esse saber que constrói determinado lugar de fala como isento de críticas. Ou seja, o lugar de fala não deve ser um fim em si mesmo e sim um meio pelo qual é possível construir pontes de diálogos com os/as outros/as.

Muito tem se discutido sobre como o uso acrítico do *lugar de fala* pode servir como armadilha para pensar estratégias de luta contra a opressão. Isso porque um dos maiores ganhos de se pensar a partir de lugares localizados é entender quais são os pontos em comum, partindo das diferenças que nos unem para a luta conjunta; no caso de utilizarmos os lugares de fala para o silenciamento do outro não criamos espaços dialógicos. Por isso, destaco aqui alguns pontos que considero importantes nessa discussão:

1. Lugar de fala não se refere a identificar o atravessamento de múltiplos marcadores sociais apenas como marcas de opressão;
2. Lugar de fala não é um aspecto exclusivo de alguns grupos sociais;
3. Não existe hierarquia de opressão, portanto, nenhuma experiência localizada leva alguém a sofrer mais do que o outro.

Vale ressaltar que, em alguma medida, alguns incômodos em relação ao conceito de lugar de fala são gerados em função da disputa pelos campos discursivos, pois existem grupos interessados que aqueles/as que não podiam falar permaneçam calados/as e não é esse o caso que queremos evidenciar aqui. Pelo contrário, entendemos que quanto mais pluralidade de vozes tivermos entre os grupos historicamente marginalizados, mais avançamos nas estratégias de luta contra as múltiplas opressões.

Assim entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os vários temas presentes na sociedade. O fundamental é que os grupos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternos. (RIBEIRO, 2018, p. 19)



Fonte: Pixabay

3.3 Como trabalhar lugar de fala no contexto escolar?!

"GAROTO É IMPEDIDO DE SE MATRICULAR EM ESCOLA POR CONTA DO SEU CABELO AFRO."

"ALUNO É BARRADO EM ESCOLA POR USAR TRAJES DO CANDOMBLÉ."

"TRANSEXUAL DENUNCIA FACULDADE POR SER IMPEDIDA DE USAR O BANHEIRO"

"PROFESSORA VÍTIMA DE RACISMO REVIVE AGRESSÕES DA INFÂNCIA: FUI CHAMADA DE MACACA"

"ALUNO SOFRE HOMOFOBIA POR CURSAR UROLOGIA: VIADO NÃO PODE FAZER!"

14

O ambiente escolar se constitui como um ethos no qual as mais diversas formas de ser se encontram. A convivência entre estudantes, professores/as, pedagogos/as, família e demais que compõe a comunidade escolar nem sempre se dá de maneira harmônica devido a eclosão dessas diferenças.

Já sabemos que as diferenças não devem ser vistas como um aspecto negativo do ponto de vista da convivência, porém, saber lidar com essas diferenças do ponto de vista pedagógico nem sempre é uma tarefa fácil, mas que se torna necessária para o bom funcionamento da comunidade escolar como um todo.

14 Esses trechos foram retirados de notícias sobre conflitos no ambiente escolar. As inúmeras notícias podem ser encontradas em uma rápida busca sobre o assunto em site de pesquisa como google.com.

Como falamos anteriormente, cada um de nós traz, a partir de sua localização, experiências individuais que tornam nossa trajetória o nosso lugar de fala; no caso das experiências no ambiente escolar, essas se misturam e se manifestam muito além das relações em sala de aula.

Tente imaginar o ambiente escolar que você tem como referência? Você consegue identificar como a pluralidade de lugares de fala se manifestam ali? As frases que podem ser lidas no início desse tópico da unidade tratam de situações reais vivenciadas por estudantes e professores/as. O contexto escolar não se difere das demais instituições escolares no que diz respeito as hierarquias sociais, logo, as características e comportamentos hegemônicos se reproduziram também naquele espaço.

O equilíbrio dessa situação só pode vir de mudanças conjuntas e que surtem efeito a longo prazo, apostando tanto em mudanças estruturais e reflexões individuais. Para isso, citamos como alternativas:

1. Transformações curriculares a fim de incluir a história dos grupos historicamente marginalizados a partir de seus próprios pontos de vista;
2. Formação profissional dos envolvidos na comunidade escolar no sentido de ampliar os conhecimentos sobre os mais diversos marcadores sociais e sua aplicação no contexto da escola;
3. Criação de um ambiente de escuta sensível no qual professores/as e estudantes possam dialogar sobre seus lugares de fala; entendendo que todo ponto de vista agrega de forma peculiar para a comunidade em questão;
4. Garantir que existam investimentos estruturais de maneira constante para que além do modelo tradicional de educação, com novas formas multidisciplinares de saber agregadas;

Embora as questões pontuadas acima se apresentem como um desafio frente a realidade das mais diversas comunidades escolares, garantir que cada lugar de fala exista dentro de uma justa medida nesse espaço é uma condição que definiu ou não a permanência dos indivíduos pertencentes aos grupos minoritários no ambiente escolar.

SÍNTESE DA UNIDADE III

Na unidade III, procuramos entender o que é lugar de fala e as perspectivas acadêmicas nas quais esse conceito se vincula. A partir disso, analisamos como esse conceito é relevante para os feminismos negros; seu uso pelos movimentos sociais na atualidade, bem como os riscos do uso acrítico desse conceito. Por fim, fizemos um esforço de pensar a possibilidade de aplicação desse conceito em nossas realidades dos contextos escolares.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO III

Utilizando os seus conhecimentos adquiridos sobre lugar de fala, proponha uma intervenção em sua escola para a valorização dos lugares de fala que poderia ser usada para melhorar a convivência em sua comunidade escolar. A proposta deve ser resumida (15 linhas) e nela você deve apresentar uma situação problema e logo depois sugestões de intervenção usando a literatura sugerida sobre lugar de fala neste livro didático.

Referências

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. Corpos negros e representação social no Brasil: uma discussão de gênero e raça. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 9, n. 21, p. 123-134, fev. 2017. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/231> Acesso em: 10 mar. 2019.

AZÊREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro, p. 203-216, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16103/14647>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 458-463.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf> Acesso em: 13 mar. 2019.

CARNEIRO, Sueli. A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas. Cadernos Geledés, São Paulo, n. 4, p. 13-18, nov. 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2015/05/G%C3%AAnerora%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Gênero, raça e ascensão social. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, n. 2, v. 3, p. 13-18, dez. 1995. Semestral. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, dez. 2003. Quadrimestral. UNIFESP. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext Acesso em: 18 mar. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf> Acesso 22 fev. 2019.

_____. La política del pensamiento feminista negro. In: NAVARRO, Marysa. STIMPSON, Catharine (orgs.) ¿Qué son los estudios de mujeres? Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 352, 1998.

_____. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: Feminismos Negros uma antologia. Madrid: Editora Madrid, 2012.

COMBAHEE RIVER, Declaração do Coletivo, 1977. Disponível em: <http://circuitous.org/scraps/combahee.html> Acesso em: 22 fev. 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf> Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. 1993. Traduzido por Carol Correia. Disponível em: <<https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-18324d40ad1f>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero, 2012. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> > Acesso em 20 mar 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. In: *Mediações, Revista de Ciências Sociais*, Londrina, n. 1, v. 10, p. 25-40, jun. 2005. Semestral. Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/2137/2707>> Acesso em: 18 mar. 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Brasil: Global Editora, 1933.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

_____. Entrevista – Lélia Gonzalez. *Jornal do MNU*. p. 08-09, 1991

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, p.7-42, 1995. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

HARDING, Sandra (ed.). *The feminist standpoint theory reader*. New York: Routledge, 2004.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128,

jul./dez. 2015 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27> Acesso em 20 mar 2019.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478. 1995.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, v. 31, n. 2, p.45-48, jun. 2012.

LORDE, Audre. Age, race, class and sex: women redefining difference. Paper delivered the Copeland Colloquium, Amerst College, Reproduced in: *Sister Outsider* Crossing Press, California 1984.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: protagonismo ignorado. In: *Nova História das Mulheres*, Contexto, p. 382-410, 2012.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador, Bahia. Editora Devires, 2017.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 324 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2008. Disponível em:<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280705/1/Pacheco_AnaClaudiaLemos_D.pdf> Acesso em: 13 mar. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/5247/4295>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

RATTZ, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais do Feminismo, 2013 <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>>

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro e as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Coleção Tendências).

Interseccionalidades

Apresentamos as principais discussões sobre o conceito de interseccionalidade, popularizado na atualidade, reposicionando a sua origem nos feminismos negros. Procuramos apresentar os principais debates no contexto norte-americano, bem como sua travessia transatlântica para a diáspora feminista negra no Brasil.



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



SEAD
Superintendência de
Educação a Distância | UFBA

